

# Conjuntura – Saúde Suplementar

IESS – Instituto de Estudos de Saúde Suplementar

6ª Edição  
Fevereiro de 2009

## Editorial

Em 2008, cresceu fortemente o número de planos de saúde, impulsionado pelo crescimento do PIB (mais de 5%), do emprego com carteira assinada (7,1%) e das rendas percebidas (3,4% segundo a PME). Esse expressivo crescimento veio após três anos de crescimento intenso do PIB.

Se o cenário econômico foi tão determinante para o desempenho da saúde suplementar, a pergunta que todos se fazem é qual a perspectiva para 2009.

Os primeiros sinais de que a crise mundial também passa pelo Brasil já foram percebidos na economia real: déficit de US\$ 28,3 bilhões nas transações correntes em 2008; forte redução do emprego formal em dezembro (655 mil segundo CAGED); déficit mensal na balança comercial de US\$ 518 milhões em janeiro de 2009, o primeiro em 8 anos; queda na produção industrial de 12,4% em dezembro comparado com novembro.

Os sinais são claros e tudo indica que os esforços do Governo para garantir um elevado crescimento não terão em 2009 o mesmo sucesso de 2008.

A contração do crédito e perspectivas de recessão nos principais parceiros comerciais do Brasil sustaram decisões de investimento. A queda das exportações e o aumento dos estoques frearam bruscamente a produção industrial.

Empresas extinguíram as horas extras e concederam férias coletivas que estão se transformando em demissões ou PDVs. Em consequência a renda do trabalho cai nominalmente.

Nesse ambiente, os trabalhadores não conseguirão obter nas negociações salariais a reposição da inflação e as rendas do trabalho devem perder valor real.

A boa notícia vem da diminuição da pressão inflacionária e da Selic, o que pode estimular o investimento privado. Mas sua eficácia depende da manutenção da demanda, muito afetada pelo cenário externo, como a recessão na OECD, a diminuição do crescimento da China e as reações protecionistas de outros países.

Deve-se recordar que nossas taxas de juros estão entre as mais altas do mundo, havendo, portanto espaço para novas reduções. Isso, de um lado, estimula o investimento, mas, de outro, diminui a atração de capitais externos em busca de maior remuneração, o que pode reavivar problemas no balanço de pagamentos, dado o ressurgimento do déficit comercial e a esperada queda dos investimentos externos diretos.

O Governo, à semelhança do que prometem fazer os países da OCDE, aposta no consumo interno como indutor do crescimento. Por isso, aumentou o salário mínimo para R\$ 465 a partir de fevereiro (6,4% acima da in-

flação) e expandiu o Bolsa Família para 1,3 milhão de novas famílias, totalizando 12,3 milhões (aumentou a renda de corte de R\$ 120 para R\$ 137 *per capita*).

Esses aumentos de despesas, socialmente justificáveis e politicamente rentáveis, somam-se aos aumentos da folha de pessoal e subtraem recursos para o investimento público e ações essenciais em saúde, segurança e educação.

Frente à perspectiva de queda da arrecadação, o Governo anunciou o corte de R\$ 37,2 bilhões do orçamento: R\$ 14,7 no investimento, para R\$ 33,5 bilhões e R\$ 22,5 bilhões no custeio, para R\$ 77,6 bilhões.

A saúde absorveu parte do corte e teve seu orçamento reduzido em 4,5% de R\$ 44,7 para R\$ 42,7 bilhões.

A ANS publicou as regras de portabilidade de carência. As regras são equilibradas tendo deixado em aberto um ponto crítico – a mobilidade de beneficiários internados ou em tratamento.

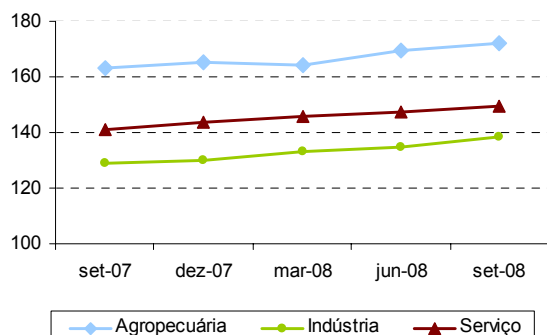
A expectativa e a ansiedade causadas pela crise também têm outros impactos na saúde. Nessas épocas agrava-se a incidência de hipertensão, depressão e outras crônicas, como atesta o alto crescimento das vendas de antidepressivos e estagnação das de Viagra.

**José Cechin**

*Superintendente Executivo*

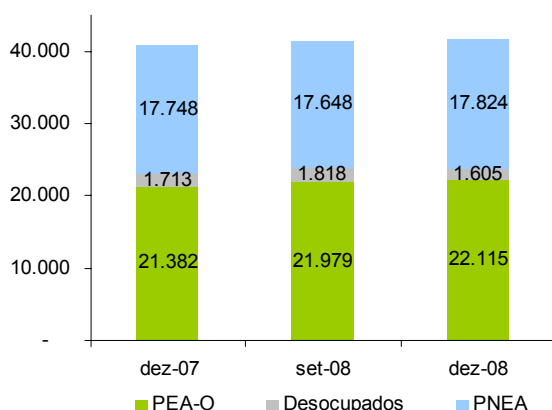
## 1. Cenário macroeconômico

**Gráfico 1. PIB - Índice trimestral por setor de atividade com ajuste sazonal set07 – set08 (média de 1995=100)**



Fonte: Contas Nacionais Trimestrais – IBGE

**Gráfico 2. PME: Distribuição da população (PEA) e (PNEA) – dez07 a dez08 (mil pessoas)**



Fonte: PME – IBGE

**Tabela 1. PME: Distribuição da PEA segundo posição na ocupação dez07 e dez08**

	Posição dez		Posição Dez08		Δ %
	% PEA	n° mil	% PEA	n° mil	
Com Carteira	44,1	10.186	47,1	10.882	6,8
Conta Própria	18,8	4.347	17,8	4.232	-2,6
Sem Carteira	18,0	4.150	17,4	4.136	-0,3
Empregadores	4,4	1.009	4,4	1.032	2,3
Ñ. remunerados	0,0	10	0,0	9	-10
Doméstico	7,3	1.690	6,8	1.613	-4,6
Setor Público	6,6	1.531	7,1	1.686	10,1

Fonte: PME – IBGE

### 1.1 PIB

Os últimos dados de contas nacionais ainda se referem ao terceiro trimestre de 2008, período em que a economia brasileira deve ter alcançado seu pico de crescimento. Neste terceiro trimestre, o PIB cresceu em termos nominais 14% em relação ao mesmo período do ano anterior e 11% no acumulado em doze meses, em comparação aos 12 meses anteriores. As projeções para o crescimento de 2008 encerraram o ano com uma estimativa de 5,6% em termos reais. Essa estimativa deve ser revista à luz da abrupta queda da produção industrial em dezembro.

A produção industrial, conforme divulgado em 3 de fevereiro pelo IBGE, sofreu uma queda abrupta de 12,4% em dezembro em comparação a novembro, com crescimento acumulado de 3,1% em 2008.

Por isso, para 2009, o mercado prevê um crescimento de 1,8%, bastante abaixo dos 4% estimados pelo Governo.

Na agropecuária, o clima não deve favorecer a produção e a safra 2008/2009 estimada pela Conab é inferior a do ano precedente. Contribuem para esse fraco desempenho as fortes chuvas em Santa Catarina e no Paraná e a estiagem no Rio Grande do Sul.

O consumo deve diminuir por consequência da escassez de crédito, o alto endividamento e o medo do desemprego.

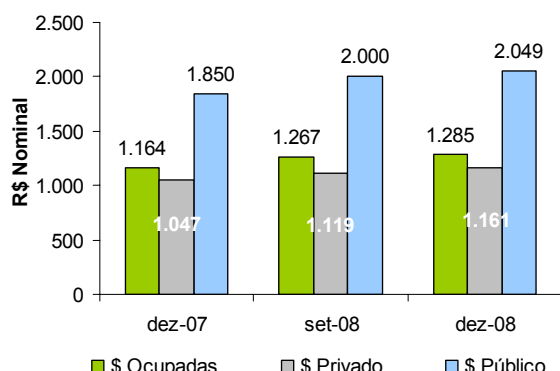
### 1.2. Emprego - PME

Os dados da PME/IBGE mostram expansão da PEA ocupada, em especial da ocupada com carteira assinada na posição dezembro/08 em comparação a dezembro/07. Mas o CAGED já revela uma importante inflexão da trajetória. Desde novembro o CAGED indica redução do número de empregos com carteira assinada, 40 mil em novembro e 655 mil em dezembro.

Os dados do IBGE medem apenas as Regiões Metropolitanas e são obtidos por questionário e refletem a semana de referência, enquanto os dados do CAGED são registros administrativos do cadastro do Ministério do Trabalho.

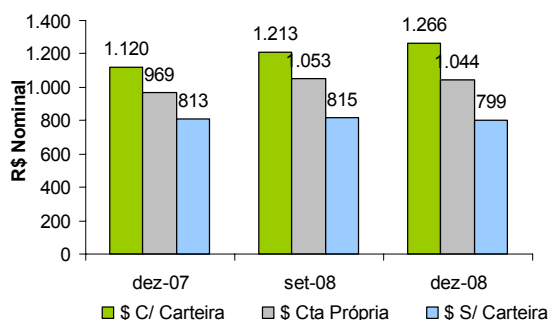
O setor informal, constituído pelos empregados sem carteira, apresentou retração no último trimestre de 2008 (Tabela 1).

**Gráfico 3. PME: Rendimento nominal mensal habitualmente recebido – dez07-dez008**



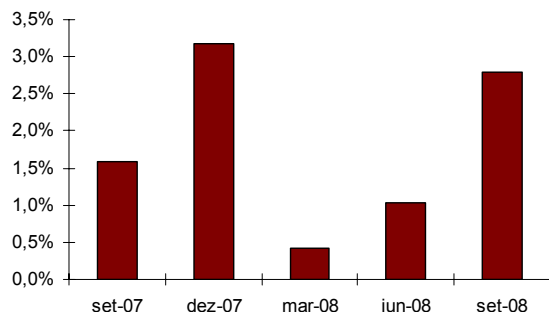
Fonte: PME – IBGE

**Gráfico 4. PME: Rendimento médio nominal no trabalho habitual principal – setor privado – dez07-dez08**



Fonte: PME – IBGE

**Gráfico 5. Variação trimestral do índice de despesa com consumo das famílias (média de 1995=100) com ajuste sazonal - set07-set08**



Fonte: Contas Nacionais Trimestrais – IBGE

A diminuição da atividade industrial deve ter forte impacto no emprego, em especial o formal. No final de 2008 muitas empresas cortaram as horas extras (impacto na renda) e deram férias coletivas, que se transformam em demissões a partir de dezembro. As demissões terminam por aumentar a informalidade, acarretando a diminuição da renda média da população ocupada.

### 1.3. Renda - PME

O rendimento médio nominal das pessoas ocupadas, em 2008, cresceu 10,4%, ante a uma inflação de 5,9%. No quarto trimestre do ano também houve crescimento real, só que dessa vez de apenas 0,3%.

O rendimento médio nominal foi alavancado pelo crescimento do salário do setor formal - os trabalhadores com carteira acumularam no ano crescimento de 13% e no trimestre de 4,4%, impulsionados tanto pelos acordos coletivos quanto pelo crescimento da demanda por trabalho

Já as pessoas ocupadas sem carteira e por conta própria perceberam uma retração no rendimento médio nominal no quarto trimestre de 2008.

### 1.4. Consumo

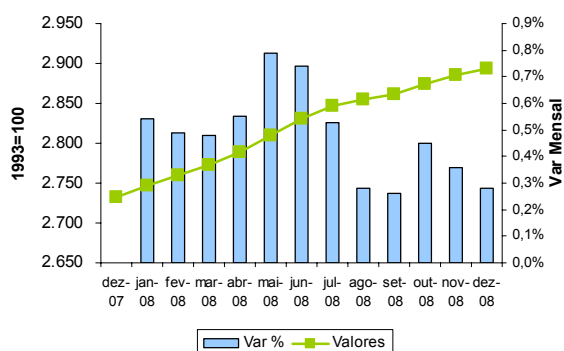
O Gráfico 5 apresenta a variação trimestral do índice (com ajuste sazonal) de despesa com consumo das famílias, dos trimestres de setembro de 2007 a setembro de 2008. Impulsionado pelo aumento da renda nominal o consumo se expandiu no terceiro trimestre de 2008. Espera-se crescimento também no último trimestre de 2008. Já para 2009, espera-se uma perspectiva totalmente diferente.

Escassez de crédito, corte de horas extras, demissões e perda de valor real dos salários devem obstaculizar o crescimento do consumo.

### 1.5. Inflação

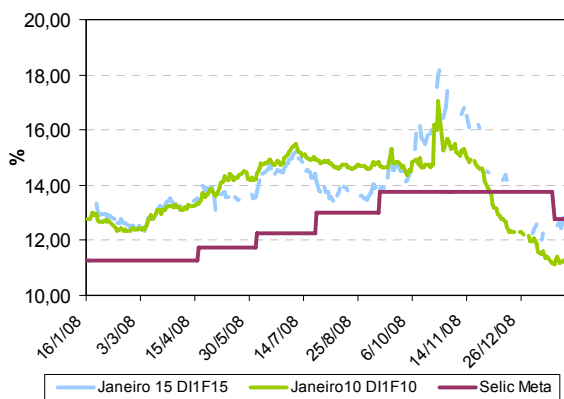
A inflação que vinha se arrefecendo desde agosto de 2008, deu um salto em outubro – mês da revelação da crise em escala mundial – para seguir declinado nos meses seguintes. Os dois principais indicadores fecharam o ano abaixo da expectativa do mercado - o IPCA em 5,9% e o IGPM, em 9,81%, influenciados pelo corte do IPI para os automóveis.

**Gráfico 6. Ipca: variação mensal e índice acumulado – 12 meses**



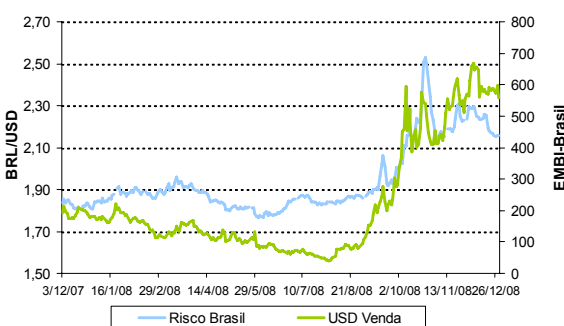
Fonte: IBGE

**Gráfico 7. Meta Copom Selic e Juros de Longo Prazo – 12 meses**



Fonte: Bacen e BM&F

**Gráfico 8. Cotação diária PTAX Venda e Embi Brasil**



Fonte: Banco Central

Para 2009, a expectativa é que a inflação fique próxima a meta do Banco Central, de 4,5%. Esse deverá ser o principal parâmetro para a política monetária do Banco Central para o ano.

### 1.6. Taxas de Juros

Na primeira reunião de 2009, o COPOM baixou a taxa de referência em 1 p.p. sem viés (12,75%). Todos os setores da economia vinham reivindicando o corte da taxa de referência desde o início da crise. O Copom por sua vez manteve a taxa estável esperando alterações no comportamento da inflação.

A expectativa é que novos cortes sejam realizados ao longo do ano para incentivar o investimento e diminuir os possíveis impactos da desaceleração do crescimento econômico.

### 1.6. Câmbio

Após a rápida escalada entre o início de agosto e início de outubro, a taxa de câmbio ficou instável, oscilando no intervalo entre R\$ 2,10 e R\$ 2,50. Em janeiro, a faixa de variação diminuiu para o intervalo entre R\$ 2,20 e R\$ 2,40.

**Tabela 2. Expectativas de mercado para 2009**

Indicador	expectativa
IGP-M (%)	4,24
IPCA (%)	4,60
Selic (%)	10,75
Câmbio (R\$/US\$)	2,30
PIB (%)	1,80

Fonte: Boletim Focus divulgado dia 30 de janeiro de 2009.

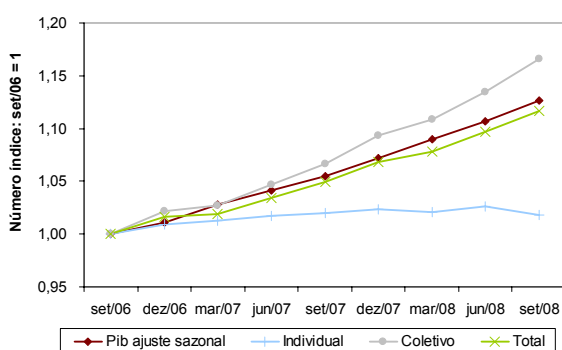
**1.7 Resumo – Cenário macroeconômico**

<b>Variável</b>	<b>Jan a set 2007*</b>	<b>Jan a set 2008</b>	<b>Δ% (período)</b>	<b>Δ% (12 meses)</b>
PIB nominal (R\$ Bilhões)	1.910,9	2.142,6	12,1	11,1
Consumo do governo (R\$ Bilhões)	363,3	406,0	11,8	9,5
Consumo das famílias (R\$ Bilhões)	1.116,6	1.305,6	12,1	11,9
<b>Emprego e Renda</b>	<b>dez07</b>	<b>dez08</b>	<b>Δ% dez07 a dez08</b>	<b>Δ% set08 a dez08</b>
Emprego - indivíduos ocupados (mil pessoas)	21.382	22.115	3,4	0,6
Emprego com carteira assinada (mil pessoas)	10.186	10.882	6,83	2,26
Emprego no setor público (mil pessoas)	1.531	1.686	10,12	1,32
Renda (R\$)				
Setor privado	1.046,50	1.160,70	10,91	3,71
Com Carteira Assinada	1.120,10	1.265,70	13,0	4,39
Setor público	1.849,70	2.049,10	10,78	2,44
<b>Inflação</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>		
IPCA (%) – acumulado	4,46	5,90		
IGP-M (%) – acumulado	7,75	9,81		
<b>Juros e câmbio</b>	<b>jan08</b>	<b>jan09</b>	<b>Δ últimos 12 meses</b>	
Juros (Selic %) - último dia do mês	13,00	12,75	-0,25 p.p.	
Câmbio (R\$/US\$) - último dia do mês	1,76	2,32	32%	

Fonte: IBGE, Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil.

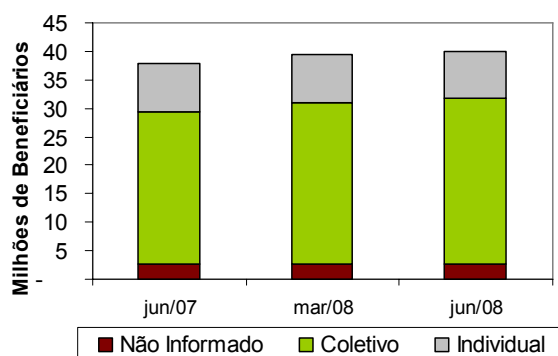
\*Consolidado no ano.

**Gráfico 9. Índice do PIB trimestral e número de planos de saúde por tipo de contratação**



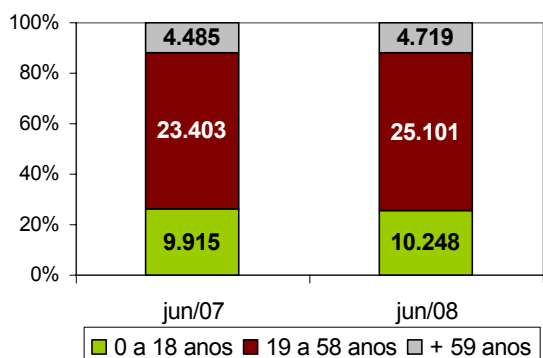
Fonte: ANS e IBGE

**Gráfico 10. Número de beneficiários de planos de assistência médica, set07, mar08 e set08**



Fonte: ANS tabnet

**Gráfico 11. Distribuição dos beneficiários de planos de assistência médica por faixa etária - set07 e set08**



Fonte: ANS tabnet

## 2. Saúde Suplementar em Números

O Gráfico 9, reproduzido da NACISS<sup>1</sup> de dezembro 2008, mostra que o número total de planos de saúde acompanhou o crescimento do PIB, embora com marcante diferença entre os individuais, que permaneceram estagnados, e os coletivos, que cresceram mais rapidamente. Os dados do Gráfico são trimestrais: PIB a preços de mercado com ajuste sazonal e número índice de beneficiários de planos de saúde, por tipo de contratação.

Cumprindo as metas do programa Mais Saúde, a ANS editou no mês de dezembro nova regulamentação para melhorar e agilizar e desburocratizar o processo de ressarcimento ao SUS. O ressarcimento passa a ser declaratório: a ANS apresenta à operadora a relação dos valores a serem reembolsados e esta declara conformidade ou não com cada item, sem necessidade de apresentação de documentos comprobatórios. A ANS auditará por amostragem e aceitará todas as declarações da operadora se todas as da amostra estiverem corretas.

Outra medida foi a edição das regras sobre mobilidade de planos com portabilidade de carência. Pela nova regra, os beneficiários de planos individuais contratados na vigência da Lei 9.656 poderão exercer o direito, desde que:

- estejam em dia com a mensalidade;
- estejam há pelo menos 2 anos na operadora de origem ou 3 anos caso tenham cumprido a cobertura parcial temporária ou nos casos de doenças e lesões pré-existentes. A partir da segunda portabilidade, o prazo de permanência passa a ser de 2 anos para todos os beneficiários;
- a mobilidade só poderá ser pedida no período entre o mês de aniversário do contrato e o mês seguinte;
- a portabilidade de carências não poderá ser exercida para planos de destino que estejam cancelados ou com comercialização suspensa;
- a portabilidade de carências não poderá ser oferecida por operadoras em processo de alienação compulsória de sua carteira ou em processo de oferta pública do cadastro de beneficiários ou em liquidação extrajudicial.

A regra vigorará a partir de abril de 2009.

<sup>1</sup> Nota de Acompanhamento do Caderno de Informação da Saúde Suplementar, disponível em <http://www.iess.org.br/html/notas.asp>

### 2.1. Distribuição de Beneficiários

O número de planos individuais caiu, tanto os posteriores quanto os anteriores à Lei 9.656. Os planos coletivos continuaram crescendo a taxas elevadas. Sem considerar os planos não identificados, os planos coletivos representam atualmente 78,2% do total de beneficiários.

Graças ao forte crescimento dos planos coletivos e retração dos individuais, o percentual total de idosos da carteira de planos de saúde tem se mantido constante. Porém a carteira de planos individuais, em especial os anteriores à Lei, continua envelhecendo com rapidez.

Os planos de saúde continuam ampliando suas fronteiras geográficas, pois cresceram mais rapidamente no Norte (8,9%), Nordeste (7,4%) e Sul (6,6%) do que a média nacional do setor de 6,4%.

Na segmentação, o Plano Referência também está crescendo mais rapidamente do que a média, o que pode indicar uma diminuição no padrão dos planos já que no plano referência a internação é em enfermaria enquanto que nos planos hospitalar e ambulatorial a cobertura é em quartos individuais.

Entre as modalidades de operadoras, houve forte crescimento nas Cooperativas Médicas (10,0%), Seguradoras (14,8%) e Filantropias (10,3%) nos últimos 12 meses.

### 2.2. Resumo – Saúde Suplementar

Tabela Síntese – Saúde Suplementar – jun/08

	set/07	jun/08	set/08	Δ% 12 meses	Δ% Trimestre
Total	38.343	40.086	40.794	6,4	1,8
Individual	8.396	8.444	8.382	(0,2)	(0,7)
Coletivo	27.438	29.189	29.981	9,3	2,7
Não Informado	2.509	2.454	2.430	(3,2)	(1,0)
Antigos	11.643	11.242	11.150	(4,2)	(0,8)
Novos	26.700	28.844	29.643	11,0	2,8
0 a 18 anos	9.981	10.238	10.311	3,3	0,7
19 a 58 anos	23.783	25.097	25.667	7,9	2,3
+ 59 anos	4.555	4.730	4.794	5,2	1,4
Feminino	20.468	21.275	21.599	5,5	1,5
Masculino	17.875	18.812	19.194	7,4	2,0
Referência	5.632	6.122	6.233	10,7	1,8
Hosp + Amb	27.392	28.572	29.205	6,6	2,2
Hospitalar	700	735	752	7,3	2,3
Ambulatorial	2.145	2.260	2.231	4,0	(1,2)
Não Identificados	2.473	2.399	2.372	(4,1)	(1,1)
Autogestão	5.283	5.292	5.301	0,3	0,2
Cooperativa	12.539	13.487	13.790	10,0	2,2
Filantropia	1.305	1.415	1.439	10,3	1,7
Medicina de Grupo	15.005	15.278	15.428	2,8	1,0
Seguradora	4.211	4.615	4.835	14,8	4,8
Norte	1.136	1.199	1.238	8,9	3,2
Nordeste	4.590	4.845	4.931	7,4	1,8
Sudeste	25.700	26.800	27.305	6,2	1,9
Sul	5.094	5.381	5.429	6,6	0,9
CO	1.822	1.861	1.891	3,8	1,6

### **3. Equipe Técnica**

José Cechin – Superintendente Executivo

Carina Burri Martins – Consultora

Francine Leite – Consultora

Leandro Stocco - Consultor